

Novos emigrantes portugueses trocam o Reino Unido pelos países nórdicos: “Parece uma redistribuição”, diz Observatório

Público, 28 de junho de 2023 - [Marta Leite Ferreira](#)

A emigração portuguesa mudou desde que o Reino Unido abandonou a União Europeia. Os números do Observatório da Emigração revelam que o “Brexit” obrigou os emigrantes portugueses a escolherem outro destino na Europa: os países nórdicos, que registam agora um aumento das entradas de portugueses — a maior parte altamente qualificada e com idade entre os 20 e os 40 anos. Os motivos, apurou o PÚBLICO em conversa com quatro portugueses emigrados naquela região, resume-se sempre a uma só expressão: qualidade de vida.

Os números disponibilizados nos últimos dias pelo observatório do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte (Instituto Universitário de Lisboa) revelam que a Suécia e a Dinamarca atingiram novos máximos de emigração portuguesa ao longo do ano passado, a Islândia contabilizou o segundo valor mais alto do século; e a Noruega e a Islândia registaram aumentos pelo segundo ano consecutivo.

Em contracorrente, a [emigração portuguesa para o Reino Unido](#) decresceu 41% em 2022. Nesse ano, os 7941 cidadãos que saíram para o Reino Unido não bastaram para contrariar a tendência de descida no número de imigrantes portugueses que se regista há oito anos — apesar de os britânicos terem recebido o maior número de sempre de imigrantes: mais de um milhão de entradas, das quais só 0,8% vieram de Portugal.

Em entrevista ao PÚBLICO, Rui Pena Pires, coordenador científico do Observatório da Emigração, diz que o mais expectável é repetir-se o que aconteceu com os dados anunciados no ano passado: o número de emigrantes deve manter-se estável, entre os 70 mil e os 75 mil (já a contar com algum aumento pós-pandémico), mas com mudanças de rumo: “O Reino Unido era o principal destino da emigração, para onde ia um terço da emigração portuguesa, mas, com o ‘Brexit’, está a absorver muito menos emigrantes. O que parece estar a acontecer, com o crescimento nos países nórdicos, é uma redistribuição.”

Ao contrário do que acontece ainda hoje no Luxemburgo ou em França, onde apenas 5% dos portugueses que deram entrada no país em 2020 eram licenciados, mais de 50% dos emigrantes que seguem para os países nórdicos todos os anos têm, pelo menos, uma licenciatura. Na Suécia, por exemplo, 60% dos emigrantes portugueses que entraram no país em 2020 são licenciados — o triplo do que se registava duas décadas antes.

Mais 34% na Suécia

Só 0,5% dos novos emigrantes na Suécia são portugueses. Mas é mais 34% do que no ano anterior. Um deles foi Diogo Mendes. Chega ao trabalho em dez minutos, de bicicleta, e a qualquer outro ponto da cidade em 30 minutos, através dos transportes públicos. Vive há três anos em Estocolmo, na Suécia, e é professor da Escola de Economia da Universidade de Estocolmo. Não fala uma única palavra de sueco e também não precisa: todas as pessoas com quem se cruzou enquanto emigrante, desde os trabalhadores menos qualificados aos cargos superiores, passando pelos seus próprios alunos, falam inglês.

Esse foi um dos motivos que o convenceram a rumar ao Norte da Europa, depois de ter recebido propostas de trabalho de todo o mundo, frutos das mais de 100 candidaturas que enviou quando

terminou o doutoramento: tinha de aprender francês se fosse para França, italiano se fosse para Itália, alemão se fosse para a Alemanha e, no limite, as três línguas se fosse para a Suíça. Na Suécia, a linguagem nunca seria uma barreira.

Natural de Lisboa, agora com 31 anos, Diogo admite que não é um “emigrante tradicional”: a saída de Portugal é comum (e quase uma regra) para quem trabalha na academia e a busca por um salário mais elevado não foi a principal motivação que o levou para a Suécia: “Gostava da universidade e gostava de Estocolmo, por isso vim”, disse, em entrevista ao PÚBLICO. Mas a qualidade de vida que encontrou por lá tem-no convencido a adiar para fora do horizonte um regresso ao país de origem: “Não sei como poderia regressar com o meu ordenado e as condições que tenho aqui. Talvez só mais tarde, quando tiver outro poder de negociação.”

Diogo entrou na Suécia num ano em que [o número de portugueses a emigrar para o país](#) tinha descido pela segunda vez consecutiva, contrariando uma tendência de subida (com decréscimos apenas em 2007 e em 2010) que se verificava desde o início do milénio. Em 2020, o primeiro ano de pandemia de covid-19, só 321 portugueses emigraram para a Suécia — menos 80 do que no ano anterior.

Agora, e depois de em 2021 se ter interrompido a queda nas emigrações para a Suécia que se verificava desde 2019, os novos dados do Observatório da Emigração revelam que o número de saídas para o país não só voltou a aumentar pelo segundo ano, mas até disparou para os valores mais elevados de sempre.

Em 2022, foram 547 os portugueses que emigraram para a Suécia, segundo os valores comunicados pela *Statistics Sweden*. O número representa apenas 0,5% do total de imigrantes registados no país e menos de 1% da emigração portuguesa. Mas é, ainda assim, um aumento de 34,1% em relação aos valores de 2021 e um número seis vezes superior ao registado duas décadas antes.

O mesmo [fenómeno registou-se na Dinamarca](#), onde a emigração portuguesa atingiu um novo máximo de 1812 entradas em 2022, comunicou o *Denmark Statistik* ao Observatório. O número de portugueses que emigraram para a Dinamarca está a aumentar ininterruptamente desde 2018 — mesmo com as restrições impostas às viagens durante a pandemia — e tem atingido novos picos todos os anos, desde 2020. Aliás, apesar de representar apenas 1,5% da imigração para a Dinamarca e 1% das saídas de Portugal, a emigração de portuguesa para este país aumentou 66,2% de 2020 para 2021 e 12,6% no ano seguinte.

O “desenrascanço” português

É uma relação simbiótica, a que junta, no mesmo mercado de trabalho, suecos e portugueses. Muitos deles conhecem Portugal porque passam cá férias e apreciam o espírito de trabalho dos portugueses — o seu “desenrascanço”, classifica Diogo: “Sabem que, com um português na equipa, ele chega-se à frente para resolver problemas com uma capacidade que os suecos não costumam ter.”

Os portugueses, por seu lado, encontram por lá condições de trabalho que não atingem no país natal. Uma delas é o facto de saírem cedo o suficiente do trabalho para dedicarem tempo de qualidade à família, aos amigos e às actividades de que gostam. “Há tempo para viver”, diz o professor de Economia.

Depois da pandemia, em que a Suécia se destacou por ter imposto medidas de contenção muito menos pesadas do que a generalidade dos países europeus, isso tornou-se ainda mais evidente: num tecido empresarial altamente activo, com *startups* de sucesso como a Spotify e marcas como a IKEA, a possibilidade de teletrabalho alargou-se e a percepção da qualidade de vida também melhorou. “Só o facto de não termos de ir para o escritório naqueles dias de Inverno já torna tudo mais fácil”, apontou Diogo.

Embora não haja salário mínimo, existe um fenómeno que parece compensar esse mecanismo: a compressão salarial. Raramente se ganha menos do que o equivalente a 2000 euros e não há grandes disparidades entre os ordenados tipicamente auferidos nas várias profissões. À conta disso, “não há tanta estratificação social”: “O mercado de trabalho contribui para uma maior igualdade entre cidadãos”, analisa Diogo.

Além disso, prossegue o economista, nenhum aluno europeu paga os estudos. E isso acontece desde a creche (o que motiva a natalidade) até à universidade — um incentivo à mão-de-obra qualificada num país que, com sensivelmente a mesma população que Portugal, consegue atingir um produto interno bruto (PIB) 2,5 vezes maior do que o nosso. “A produtividade é uma grande necessidade dos suecos e os portugueses têm espaço nesse panorama”, conclui Diogo.

Poder viver sozinha

A Suécia e a Dinamarca não são casos únicos. A emigração portuguesa aumentou pelo segundo ano consecutivo na Áustria (797 portugueses) e na Noruega (784 emigrantes), subiu 9% na Alemanha (5935 portugueses) e atingiu o segundo valor mais alto do século na Islândia (360 entradas), avança também o Observatório da Emigração.

“Aqui até as pedras são bonitas”, disse ao PÚBLICO a leiriense Ana Agostinho, que saiu de Portugal para uma povoação islandesa a 70 quilómetros da cidade mais próxima, Selfoss. Não foi a sua primeira escolha: inicialmente, queria ir à aventura, sem emprego garantido, para a Escócia: “Ia só arriscar.” Mas uma oportunidade inesperada convenceu-a a mudar de planos. Apaixonou-se pela beleza natural do país e, ao longo do tempo, o estilo de vida que alcançou por lá — e que não conseguia ter por cá — levou-a a ficar.

Em 2018, Ana recebeu uma chamada de um amigo que [já estava na Islândia com uma proposta de trabalho](#). Largou a restauração em Portugal — onde recebia um “ordenado miserável” e tinha horários muito duros — por um trabalho num centro de apoio aos turistas que visitavam o Círculo Dourado, uma rota pelas paisagens do Sul da Islândia. “Fazia de tudo”, recorda agora ao PÚBLICO, enquanto se prepara para uma viagem de cinco dias em várias cidades da Europa: “Estive no atendimento ao público, fazia limpezas e estive na cozinha.”

Aquele que seria só um ano sabático para Ana transformou-se num projecto de vida: percebeu que em Portugal não ia conseguir viver sozinha como acontece na Islândia. Nem ter um carro próprio, pago a pronto. Por isso mesmo, voltar a Portugal não está, pelo menos para já, nos planos da leiriense de 29 anos: “Talvez regresse para acompanhar a velhice dos meus pais. Ou talvez regresse só mesmo na minha velhice”, partilhou em entrevista por telefone.

Neste momento, Ana trabalha no serviço de bagagens no aeroporto de Reiquejavique: “Eu sou a senhora com quem ninguém quer falar”, resume, entre risos. Trabalha cerca de 11 horas por dia durante cinco dias seguidos, mas folga os cinco dias seguintes também, depois volta a trabalhar cinco dias e folga outros quatro.

O “sistema 5-5-4”, como lhe chamam na Islândia, faz com que Ana só tenha dois fins-de-semana livres por mês. Mas, em contrapartida, consegue fazer pausas de uma semana inteira que lhe permitem conhecer melhor o país, usufruir das suas paisagens e viajar pela Europa sem precisar necessariamente de tirar férias ou acumular horas de trabalho. Essa “flexibilidade” de horários, a que se junta também a igualdade salarial entre os sexos — que é “muito respeitada” nas empresas — encorajam Ana a manter-se na Islândia.

“Mais do que sobreviver”

Márcia Veiga, de 32 anos e natural de Boliqueime, primeiro estranhou a Noruega e depois a Noruega entranhou-se nela. Em 2013, quando se mudou para Oslo para trabalhar na base de uma companhia aérea, confrontou-se com uma rotina que nada tinha a ver com os hábitos que havia adquirido em Portugal, primeiro com a família, no Algarve, e depois, já sozinha, em Lisboa: os supermercados fecham ao fim-de-semana e fazer compras no centro comercial só mesmo em dias úteis. Quase todo o comércio fecha ao sábado e ao domingo: sobram os serviços essenciais e algumas lojas tradicionais.

Só o tempo revelou a Márcia, hospedeira de bordo, o que isso significa: “Aqui há outras definições de lazer e ir ao supermercado não conta como tempo de qualidade ao fim-de-semana”, explicou, em conversa com o PÚBLICO: “As pessoas vão à montanha, fazem piqueniques, andam a cavalo e visitam família que mora longe, porque o funcionamento da sociedade incentiva a isso. Não se enfiam no *shopping*”.

A qualidade de vida que [Márcia encontrou no Norte da Europa](#) convenceu-a a permanecer por lá. Tem saudades do calor e do sol, sente falta das esplanadas e dos tremoços. Mas, em contrapartida, tem “uma casa aquecida como deve ser, sem pagar um absurdo pela electricidade”, “os comboios estão em condições e cumprem horários” e “toda a gente tem a possibilidade de ter uma casa e um carro em condições”, enumera.

Três anos depois, Oslo também ficou para trás, quando a base da companhia aérea fechou no aeroporto. Desta vez, Márcia teve escolha: podia mudar-se para a Alemanha, Inglaterra ou Roménia. [Escolheu Berlim, a capital alemã](#), porque “é uma cidade cheia de diversidade, de juventude e tem uma noite divertida”. Mas, tal como aconteceu na Noruega, Márcia decidiu ficar sobretudo por outros motivos: a eficiência do sistema de saúde, em que um valor do ordenado é directamente encaminhado para um seguro que dá acesso rápido a qualquer clínica do país, e o envolvimento da população na vida política.

“Há muitas manifestações, muitas lutas pelos direitos do trabalhador”, elogia Márcia, que está, ela mesma, envolvida numa reivindicação em tribunal por melhores condições laborais na companhia aérea em que trabalha: “A mentalidade das pessoas é de lutar pelos direitos do indivíduo, não se limitam a reclamar que as coisas não mudam sem tomarem iniciativas.”

O valor do ordenado também continua a ser atraente. O salário mínimo alemão, de 2080 euros para quem trabalha em tempo integral, “serve para mais do que sobreviver”, aponta Márcia: permite, pelo menos, ter “uma casa em condições e um carro seguro”. “Em Portugal, não podemos ter o ‘privilégio’ de alguma coisa correr mal. As pessoas até pensam duas vezes antes de chamarem alguém para arranjar um electrodoméstico”, exemplifica.

É por todas estas razões que Márcia Veiga não se imagina de regresso a Portugal: “Não me vejo num país tão condicionado, onde nada anda nem me deixa andar”, admitiu, em entrevista ao

PÚBLICO. O sol e a praia portugueses são apetecíveis nas férias, mas só para “passear sem pensar que o dinheiro que se gasta vai faltar no mês seguinte”: “A estabilidade de vida, e tudo o que envolve ser uma adulta, é o que me leva a ficar aqui”.

Burocracia pós-“Brexit”

Os dados do [Observatório da Emigração sobre o Reino Unido](#) saltam à vista: a emigração portuguesa para o Reino Unido, um dos mais significativos destinos de quem troca Portugal para trabalhar e constituir vida noutra país, está em queda abrupta.

Em 2020, ano em que o ex-jornalista Luís Vaz Fernandes trocou Lisboa por Brighton, no Sul de Inglaterra, o Department for Work and Pensions — o organismo que monitoriza as pensões e o mercado de trabalho no Reino Unido — registou o número mais baixo de emigrantes portugueses desde 2001. Foi para Inglaterra por conveniência: a conjugação de factores que procurava naquela altura — estar perto de Portugal, conhecer a língua e entrar num mestrado relacionado com migrações naquele mesmo ano — já não era possível em França (onde já tinha um irmão), nos Países Baixos ou na Suécia. Por isso, foi “pragmaticamente” para Inglaterra.

“Nunca vim pelo dinheiro”, assegura o criador de conteúdos de 26 anos. Descontente com o trabalho que tinha como jornalista e desmotivado pelas regras de contenção da pandemia que lhe obrigavam a ficar em casa — “Eu detesto estar em casa”, sublinhou — tomou a decisão de pôr em prática um sonho: ganhar mundo. “Sempre quis ter um percurso internacional. Sentia que estava no bom caminho para uma vida confortável em Portugal, mas queria ganhar bagagem cultural no estrangeiro e voltar a Lisboa com ferramentas para criar um impacto”, explicou ao PÚBLICO numa entrevista por telefone.

Luís tirou um mestrado em Migrações e Desenvolvimento Global e a vontade de trabalhar na área mantém-no em Inglaterra: “O Reino Unido é extremamente relevante no sector humanitário, é como um *hub* neste tema.” Mas, questionado sobre o que pode estar por trás do crescente desinteresse dos emigrantes portugueses pelo Reino Unido, Luís responde com uma única palavra — a mesma que Rui Pena Pires apontou: “Brexit”.

Tornou-se “insustentável” constituir uma vida no Reino Unido desde que este saiu da União Europeia, considerou o português de 26 anos. A complexidade da burocracia que agora é exigida a quem chega aos países britânicos limita a evolução da vida de um emigrante: sem visto para trabalhar, os imigrantes acabam por aceitar trabalhos clandestinos e em situação irregular, vivem com medo de serem detectados pela polícia nas vistorias aos locais onde trabalham (principalmente na restauração); e enfrentam muito mais dificuldades em arrendar uma casa. “Quem vem porque quer construir uma vida só tem encontrado obstáculos”, sumariza Luís.

Para contorná-los, muitos portugueses [estão a solicitar a nacionalidade britânica](#), revela também o Observatório da Emigração: 2561 emigrantes optaram em 2021 (os dados mais recentes) pela nacionalidade britânica — 1,6% do total contabilizado pelo Governo. Desde 2016 (ano em que o Reino Unido deixou a União Europeia) que o número de portugueses a escolher a nacionalidade britânica praticamente duplicou, de 672 para 1234. Apesar da quebra registada em 2020, os números já voltaram a aumentar e atingiram em 2021 um novo máximo.

As estatísticas comunicadas ao Iscte pelas entidades estrangeiras também revelam que as entradas de portugueses em França estão a regressar aos níveis que existiam durante a pandemia, mas que a emigração portuguesa para o Luxemburgo decresceu 7% em 2022. Ainda assim, Portugal continua a

ser o principal país de origem da emigração no Luxemburgo. Apenas uma dúvida persiste sobre os emigrantes que têm rumado para lá: os seus níveis de qualificação académica. É uma informação que, segundo Rui Pena Pires, o Observatório tenciona apurar dentro de um ano.

<https://www.publico.pt/2023/06/28/sociedade/reportagem/novos-emigrantes-portugueses-trocam-reino-unido-paises-nordicos-parece-redistribuicao-observatorio-2053823>